

Capítulo 4

Dinâmicas de mudança social em famílias moçambicanas⁶⁰ *Ana Bénard da Costa*

I - Introdução

1. A construção de um objecto de estudo

Tendo verificado em investigações anteriores (Costa 1995 e 2003) que as estratégias de reprodução social de famílias da periferia de Maputo se caracterizam pela coexistência de múltiplas articulações e inter-relações entre diferentes actividades geradoras de recursos económicos, sociais, e simbólicos, diferentes tipos e níveis de relações sociais e diferentes comportamentos regidos por valores díspares, pretendeu-se, posteriormente⁶¹, verificar se esta mesma conclusão se aplica a famílias moçambicanas que potencialmente ou efectivamente se encontram em processos de ascensão social. Para responder a esta questão escolheram-se famílias que

60 Uma versão resumida deste texto foi apresentada na Conferência Internacional *Empresários e Empreendedorismo em África: experiências, reflexões e perspectivas*. Centro de Estudos Africanos (CEA). Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), 6 e 7 de Dezembro de 2005, Lisboa. Prevê-se que essa versão seja publicada na revista *Caderno de Estudos Africanos*.

61 Esta investigação agrega investigações realizadas no âmbito de uma bolsa de pós-doutoramento da FCT (SFRH/BPD/9426/2002, Programa POCTI/PCI – 2010, co-financiamento POCI 2010 e Fundo Social Europeu) e investigações realizadas no quadro de um programa de estudo desenvolvido por uma equipa multidisciplinar do Centro de Estudos Africanos (CEA) do ISCTE e designado “Empresários, empreendedorismo e desenvolvimento em Angola e Moçambique”.

possuísem um ou mais membros a desenvolver actividades empresariais e/ou um ou mais membros com formação superior. O objectivo geral da investigação é o de compreender como se processam os níveis de articulação e de coordenação no interior das famílias que possibilitam o desenvolvimento das estratégias de reprodução social. A análise desta problemática implica uma perspectiva dinâmica e diacrónica que dê conta dos complexos e continuados processos de mudança social.

Avancei para esta investigação ciente das inúmeras dificuldades metodológicas, conceptuais e epistemológicas que implicava. Os conceitos utilizados são vagos e imprecisos e optei por não os definir à priori. O que são famílias, o que são famílias modernas e urbanas moçambicanas e o que são empresários e empreendedores moçambicanos? Como delimitar o universo de análise e que metodologia desenvolver para captar os processos de mudança das estruturas e relações familiares.

Em relação à definição do conceito de família limito-me a reproduzir aqui o que afirmei em textos anteriores (Costa e Rodrigues, 2002:5):

As famílias são compostas por várias pessoas, de várias gerações que não vivem necessariamente sob o mesmo tecto, nem na mesma região. Estas pessoas, ligadas por consanguinidade, filiação e aliança, partilham uma identidade familiar processual, dinâmica e continuada (Pina Cabral 1991,178-181) que por vezes só se compreende se recuarmos no tempo e integrarmos os antepassados na análise. Os membros de uma mesma família estabelecem entre si relações de poder complexas que se alteram no tempo, no espaço e perante diferentes situações. Reciprocidades, deveres, direitos e dependências de vária ordem, situam uns em relação aos outros, num processo dinâmico em que os papéis sociais se vão alterando. Paralelamente, a regularidade das relações entre membros de uma mesma família, não traduz de forma automática o grau de importância dessas mesmas relações.

No entanto, apesar da complexidade, da fluidez, do dinamismo e talvez por isso mesmo, os diferentes membros de uma família reconhecem-se entre si como fazendo parte de um todo. É esta multiplicidade de relações existentes entre os diferentes membros de uma mesma família que possibilita a existência dessa família e permite o desenvolvimento de estratégias de reprodução social.

Acerca do significado dos termos “moderno” e “urbano” limito-me igualmente a constatar que a “modernidade” moçambicana pode ser definida como um conjunto complexo e plural de elementos que apresenta algumas características estruturais, formais ou apenas superficiais “inovadoras” face às estruturas e características culturais ditas tradicionais. Em termos das práticas e estratégias dos actores sociais (famílias ou indivíduos) pode-se considerar que estas articulam de forma complexa comportamentos ditos tradicionais e modernos. Sendo que em inúmeros casos não é possível e nem sequer tem qualquer relevância para as questões que investigo, distinguir uns e outros. A recriação do tradicional na contemporaneidade implica necessariamente a sua “actualidade” no presente social. No entanto importa referir que os termos “moderno”, “tradicional” assim como o de “urbanidade⁶²” são aqui utilizados sobretudo por uma questão de facilidade heurística e de delimitação (porosa e fluida) de um universo de análise que por definição do próprio conceito de família, e por razões que se aprofundarão no texto, dificilmente se pode isolar.

Por estas dificuldades conceptuais optei por escolher numa variável (formação superior) que delimitasse o universo de análise e espelhasse de alguma forma as mudanças sociais, culturais, económicas nas estruturas e relações familiares em Moçambique. O acesso ao ensino superior ainda é muito restrito em Moçambique e as famílias que incluem licenciados entre os seus membros

⁶² Sobre as variações dos critérios de definição da categoria “urbano” em Moçambique ver Oppenheimer e Raposo, 2002: 12-14.

constituem uma ínfima minoria da população⁶³. No entanto, este grupo restrito está longe de ser homogéneo e no seu seio coexistem diferentes tipos de famílias, algumas pertencendo incontestavelmente ao grupo restrito das elites políticas e económicas do país e outras que se aproximam ou se incluem na camada populacional que o Banco Mundial, o FMI e os doadores designam por “pobres⁶⁴”. Esta diversidade social e económica traduz também uma diversidade de comportamentos e estratégias familiares que só se compreendem recuando no tempo e analisando a história dessas famílias ao longo de, pelo menos, três gerações.

Em relação aos conceitos de empresários e de empreendedorismo, inúmeras dúvidas se colocam. Como isolar e definir esta categoria de agentes económicos em Moçambique? Mário Murteira no seu trabalho sobre Empresariado na África Lusófona alerta-nos para a necessidade de ter em conta as diferentes culturas empresariais e para o facto de estas determinarem modelos ou padrões de comportamento que se distanciam de outros tipos de empresários que podemos encontrar noutras culturas e sociedades humanas (1996:20). Sobre o mesmo assunto, Philip Hugon refere: “O empresário africano (...). Toda a gente fala dele e/ou o deseja, mas ninguém o vê” (2000:205).

Uma análise da evolução económica de Moçambique, desde o início da liberalização e das privatizações até a actualidade, demonstra-nos que a realidade empresarial é, como os próprios constantemente referem, “complicada”. É empresário aquele que detém empresas independentemente de estas serem ou não geradoras de poupança e de lucro e de esse lucro se traduzir em

⁶³ De acordo com as estatísticas do Ministério do Ensino Superior Ciência e Tecnologia de Moçambique em 2003 a taxa bruta de matrículas sobre a população entre os 18 e os 29 anos era de 0,45% (2003:32)

⁶⁴ Sobre a evolução do conceito de pobreza ver Oppenheimer e Raposo (2002: 43-45) e Vieira (2005: 1-15)

investimentos geradores de produção. Grande parte do poder económico está concentrado num número relativamente reduzido de empresas⁶⁵. Existe uma grande intimidade entre o poder político e o poder económico⁶⁶ que as empresas representam e os fundos de que estas dispõem não traduzem necessariamente um enriquecimento originado nas actividades que desenvolvem. Simultaneamente, inúmeros dos ditos empresários desenvolvem uma multiplicidade de actividades em diferentes sectores da economia e da sociedade e só por abstracção se lhes pode atribuir uma identidade predominante. Encontraram-se casos de professores do ensino secundário donos de barcos de pesca, de professores universitários gestores de empresas e de técnicos de cinema donos de frotas de “chapa-cem⁶⁷”. Muitos destes empresários estão ligados a ONG, a empresas de microfinanças e fazem ainda inúmeras consultorias para organizações multilaterais e dos países doadores. Organizações e países esses que estão implicados nas políticas de desenvolvimento empresarial do país – directamente em termos de definição de estratégias de actuação e de apoios concretos a iniciativas, associações ou empresas e indirectamente através do seu contributo para o Orçamento do Estado - mas que simultaneamente pactuam com situações que

⁶⁵ Em 2003 0,35% das empresas de Moçambique geriam mais de 77% do volume de negócios (KPMG: 2004). Segundo informações de um documento produzido pela Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) em 2003 existiam em Moçambique 30.000 pequenas e médias empresas que empregavam 300.000 pessoas, o mesmo documento apresenta um gráfico onde se pode ler que 94% da força laboral é constituída por pequenos/micro agricultores informais ou está afectada a empresas não registadas (CTA 2004: 12).

⁶⁶ Sobre este assunto ver artigo de Marcelo Mosse que entre outras coisas refere: “Armando Guebuza abriu brechas para a manutenção do clientelismo reinante e, se ganhar, terá muitas dificuldades em promover a transparência dado os seus enormes interesses e ligações empresariais, o seu acesso a créditos de tesouro sem transparência nem garantias, a sua actividade no sector das pescas (uma área que precisa de medidas corajosas para se conter a actual delapidação de recursos) e a inexistência de regras de conflito de interesse que regulem a actuação de um Presidente-Empresário;”.(2004:3)

⁶⁷ Termo que designa os veículos de transporte colectivo privados.

tendencialmente tendem a “minar” o tipo de desenvolvimento que dizem promover:

O financiamento a indivíduos ligados ao Partido Frelimo vem de há vários anos, desde que começou a empresarialização das elites políticas com a viragem para a economia de mercado, e é feita com base em fundos concedidos ao Estado Moçambicano, entre donativos e créditos destinados ao reforço da Balança de Pagamentos. Donativos do Japão, USAID, da RFA, e créditos do Banco Africano Desenvolvimento e da IDA (Banco Mundial) já foram passados a empresas moçambicanas sem qualquer concurso público, sem garantias de retorno e a taxas de juro concessionais (Mosse 2004:8)

Esta primeira constatação sobre a realidade empresarial moçambicana pressupõe uma análise integrada que dê conta das múltiplas articulações e contradições que se processam entre as várias dimensões da realidade económica e social. Nomeadamente, contradições entre as práticas subjacentes a todo o sistema associado à Ajuda ao Desenvolvimento que implica doações, créditos bonificados e dividas proteladas e perdoadas e cuja lógica de funcionamento não se rege (pelo menos explicitamente) por “produção, venda e lucro” e as práticas empresariais que esse mesmo sistema pretende dinamizar e que, por definição, se regem por essas características⁶⁸.

68 Joseph Halon descreve as implicações desta contradição ao nível da corrupção em Moçambique «Mozambique has become a donor playground, and the Mozambican elite has become highly skilled at giving the donors what they want. Thus management of donor money is transparent and clear. The predatory elite do not steal donors' funds; instead they rob banks, skim public works contracts, demand shares in investments, and smuggle drugs and other goods - and they ensure that the justice system does not work so they cannot be caught. (...) 'Why do you refuse to put pressure on the government?' If you put donor money into the budget and don't look to see where it goes, you are supporting corruption.» (...)The World Bank's 1989 Small and Medium Enterprise Development Project was intended to help the new owners of privatised businesses. Nearly \$33 mn was lent, and the World Bank's 1998

As contradições entre estes dois tipos de lógicas, a lógica da dádiva e a lógica empresarial, a lógica das doações e a lógica dos negócios, a lógica dos agentes do desenvolvimento e a lógica dos agentes económicos, foram assinaladas pelos informantes a propósito das políticas de combate à pobreza e das políticas de desenvolvimento empresarial. Mencionaram que essas contradições geram inúmeros mal-entendidos ao nível dos discursos “dantes chamava-se lucro agora chama-se luta contra a pobreza” (Manuel Langa gestor de uma empresa de microfinanças) e permitem a empresários desenvolver acções “de combate a pobreza” altamente lucrativas e subsidiadas quando estas, efectivamente, não diferem em nada das actividades ditas empresariais. Foi também mencionada a concorrência entre os vários agentes de microcrédito: os sistemas ditos tradicionais (xitique), os agiotas, as empresas de micro crédito e as ONG, sendo as acções que estas últimas promovem, ao nível das microfinanças, caracterizadas por um economista moçambicano nos seguintes termos:

“iniciativas pouco profissionais, não institucionalizadas e altamente subsidiadas, onde se desenvolvem operações sem fronteiras clara entre o custo/benefício de fazer créditos ou de simplesmente oferecer esses recursos (...) iniciativas com os resultados avaliados apenas pelo impacto social positivo (...) iniciativas com metodologias e produtos pouco adequados às condições de Moçambique.(...) iniciativas operando nas micro-finanças como se tratando-se de “uma questão de fé” e não como um negócio” (Carvalho Neves, 2005).

evaluation admitted that 90% of the loans would never be repaid.(...) And the lesson was that capitalism is not about profit but about patronage - businesses are "privatised" and given "loans" that need not be repaid according to who you know and donor whim.» (2002:3).

Perante estas múltiplas contradições e perante os múltiplos e diferenciados actores que se cruzam e que interagem neste contexto, como definir o empresário moçambicano e as actividades de empreendedorismo? Serão empresários os pequenos negociantes do informal? E os donos de frotas de “chapa-cem”? Qual a diferença entre os empresários e os negociantes em Moçambique? Será que se podem considerar também como empreendedores jovens ambiciosos que pretendem lançar empresas de eventos, ou transformar-se em produtores de bandas de hip-hop? A resposta a esta questão não é fácil e indicadores que se reportam à natureza legal da empresa (registada ou não), ao volume e à dimensão de negócios, à durabilidade do mesmo, ao tipo de investimentos, às atitudes, aos comportamentos e aos objectivos profissionais dos seus gestores face ao mercado, terão de ser equacionados em simultâneo com outro tipo de indicadores que importa construir. Indicadores esses que se relacionam com as percepções que os próprios actores sociais têm das actividades que desenvolvem e que os distinguem dos outros, daqueles que não se consideram ou não são considerados como empresários ou empreendedores.

Em suma, importa também procurar a definição dos conceitos dentro dos contextos sociais, económicos e culturais da investigação. Com esse objectivo solicitei a conhecidos que me indicassem empresários que simultaneamente tivessem na sua família licenciados e esclareci que estes podiam ser uma e só pessoa (um empresário com formação superior). Esses conhecidos e amigos eram de diferentes quadrantes sociais: professores universitários e de liceu, recém licenciados, colegas investigadores, donos de “chapa-cem”, taxistas. Através deles estabeleci os primeiros contactos que, num sistema de bola de neve, me levaram a outros. A partir de certa altura quando a “agenda” ficou preenchida accionei uma segunda estratégia e solicitei a colaboração de moçambicanos licenciados (dois antropólogos recém licenciados, um sociólogo e um professor do ensino secundário licenciado em História). Após uma breve “formação” onde os esclarecia acerca dos objectivos da investigação e lhes

explicava o guião de entrevistas que previamente elaborei, pedias-lhes para eles entrevistassem pessoas que preenchessem os requisitos solicitados.

A diversidade de situações obtidas através desta estratégia de pesquisa não se pode compreender sem um recuo temporal que dê conta dos diferentes percursos individuais e familiares em sistemática interacção com as transformações que ocorreram nos contextos sociais, políticos e económicos onde se inseriram e inserem. Só através deste sistemático cruzamento entre uma abordagem micro e aprofundada centrada nas histórias de vida e nas histórias de família e a abordagem macro das transformações ao nível do contexto político, social e económico, se podem compreender os comportamentos e as representações desenvolvidos nas práticas e estratégias dos actores sociais, onde se cruzam e articulam de uma forma extremamente dinâmica e complexa, lógicas imanentes de diferentes quadros de referência cultural.

2. Metodologia

A consciência desta extrema diversidade de situações familiares, a dificuldade de encontrar dentro do universo das famílias escolhidas grupos sociais distintos com alguma durabilidade temporal e geracional, as rápidas e profundas mudanças que ocorrem em Moçambique no tempo das três gerações estudadas e que dificultam previsões, tudo isto, associado aos meios e tempos disponíveis para a investigação, obrigaram a algumas opções em termos de metodologias de investigação. Opções, essas, que não se podem dissociar da minha formação de base e de prévias experiências de trabalho de campo em meios urbanos africanos.

Trabalho de campo em Portugal

Optei desde o início do processo de pesquisa por começar a investigação empírica em Portugal com estudantes moçambicanos que se encontrassem no nosso país a frequentar mestrados ou em fase final de licenciatura. Os motivos desta opção prendem-se com

o facto de Portugal ser o meu local de residência e de não me poder ausentar por largos períodos e também por questões de facilidade de acesso aos actores sociais. Considerava que o acesso às famílias moçambicanas que pretendia estudar seria mais fácil se houvesse um prévio contacto em Portugal com membros dessas famílias que, pela situação específica que viviam, estariam mais abertos a este tipo de análise. Esta ideia só em parte foi confirmada. O contacto com estudantes decorreu de forma muito satisfatória mas apenas consegui prosseguir o estudo com quatro dessas famílias em Moçambique.

A investigação empírica em Portugal desenvolveu-se a dois níveis: uma elaboração de histórias de vida e de famílias dos estudantes, o que implicou a realização de cerca de quatro entrevistas não directivas a cada um dos sete estudantes que seleccionei; entrevistas com responsáveis de instituições que, de alguma forma, estivessem relacionadas com estes estudantes ou com os estudantes africanos em Portugal (instituições governamentais portuguesas, embaixada de Moçambique, Universidades e gabinetes de apoio, associações de estudantes e núcleos de associações, câmaras de comércio e associações culturais e recreativas). Estes contactos, realizados por mim numa primeira fase e posteriormente por uma estagiária de Antropologia que integrou o projecto, permitiram-me comparar, em termos numéricos, políticos, económicos, sociais e identitários, a situação destes estudantes com a situação dos outros estudantes africanos em Portugal. E possibilitaram, igualmente, o destrinçar de uma complexa e dinâmica teia de identidades cruzadas resultante do “jogo” da dupla nacionalidade, da cor da pele, dos locais de nascimento, das afinidades políticas, culturais e regionais e do tempo de permanência em Portugal. Simultaneamente, enquadrei estas entrevistas com uma pesquisa documental que versou sobre políticas e acordos de cooperação ao nível de ensino superior entre Portugal e Moçambique e Portugal e os outros países dos PALOP.

No processo de selecção destes estudantes apenas elegi como critério a frequência de mestrados ou fases finais de licenciatura. Após os primeiros contactos em quatro Universidades de Lisboa (ISEG, ISCTE, Universidade Nova e Universidade Católica) optei por ser apresentada a novos estudantes através dos estudantes que já conhecia e dentro deste grupo trabalhei com aqueles que mostraram disponibilidade para tal. Realizei ainda um outro contacto com um licenciado residente em Portugal com o objectivo de estudar a sua família que tem uma posição de destaque na elite económica de Moçambique mas esse estudo, por motivos vários, não se concretizou.

Desenvolvendo de forma articulada e intervalada estes diferentes níveis de pesquisa empírica e procedendo a análises sistemáticas da informação e dos dados obtidos, foi possível aprofundar as histórias de vida e de família e relacionar estes estudantes com alguns dos universos sociais em que se inserem em Portugal: o universo dos estudantes universitários moçambicanos, o universo dos estudantes universitários africanos, o universo das universidades em geral e universo da comunidade migrante do seu país de origem.

Trabalho de Campo em Moçambique

O trabalho de campo em Maputo incidiu sobre um número restrito de famílias. Para além das quatro famílias dos estudantes, foram escolhidas mais vinte e três de acordo com critérios que pudessem dar conta de alguma diversidade de situações sociais, económicas e culturais. Assim estudaram-se famílias que à partida se podem considerar de elite, famílias que eventualmente se podem considerar de uma classe média emergente, famílias “pobres” ou próximas do limiar de pobreza, famílias que residem há várias gerações em Maputo (mais urbanas) e famílias “recém-chegadas” à capital (mais rurais).

O nível da informação obtida destas famílias não foi uniforme. Com algumas famílias e com alguns dos membros dessas famílias, as

conversas e as entrevistas sucederam-se e foi possível uma aproximação ao espaço doméstico e uma consequente observação das interações familiares e das práticas sociais que aí se desenvolvem (incluem-se aqui quatro das famílias dos estudantes com quem iniciei trabalho em Portugal); com outras, estabeleceram-se sucessivos contactos com dois dos membros (quatro famílias); e de outras só foram obtidos dados através da voz de um dos seus membros que narrou a sua história e a história da sua família. Destes últimos, oito foram directamente contactados por mim e os restantes quinze foram entrevistados por colaboradores moçambicanos que agreguei ao projecto durante a estadia em Maputo.

II - Os quadros superiores, os empresários e as suas famílias: Análise de processos de mudança social e cultural em Moçambique

1. Estudantes moçambicanos em Portugal

Iniciada esta investigação com estudantes moçambicanos que frequentavam mestrados e licenciaturas em Portugal, procurei compreender os processos de mudança social e cultural dos quais são simultaneamente actores e agentes. A utilização de uma metodologia que parte da análise de trajectórias individuais para compreender processos de mudança social e cultural mais vastos, baseia-se em alguns pressupostos, nomeadamente:

- a análise dos percursos individuais e das histórias de vida destes estudantes é também, e necessariamente, uma análise das estratégias familiares na medida em que sua história pessoal se inter-relaciona com a sua história familiar.
- ambas as "histórias", individual e familiar, são indissociáveis dos contextos sociais e políticos onde decorreram e decorrem e ainda de fenómenos da contemporaneidade, nomeadamente da designada globalização (ou globalizações).

- todos estes fenómenos constituem processos que se inscrevem no tempo e têm de ser analisados tendo em conta a sua historicidade.

Dito por outras palavras trata-se de, por um lado, compreender os percursos individuais que explicam a situação actual dos estudantes, em termos das suas praticas, representações sociais e estratégias de vida e de, por outro lado, compreender a influência que a família desempenhou e desempenha nesse percurso - de que forma o condicionou e condiciona (e quem na família e que família).

Procurei ainda relacionar os percursos dos estudantes com mudanças macro na sociedade moçambicana pós-colonial e com as mudanças gerais relacionadas com processos como os correntemente designados de globalização.

Defendo ainda que importa compreender as estratégias dos actores sociais que analiso (estudantes, famílias...) como fazendo parte de um processo longo e inter-geracional onde estiveram implicados múltiplos factores sendo um destes o da escolarização. Ou seja, a vida destes estudantes não pode ser dissociada de um longo processo de mudança e transformação identitária que gera:

uma forma particular de consciência baseada em múltiplas identificações e possuem uma forma particular de reprodução cultural baseada no 'sincretismo' (...) A importância de uma certa identidade partilhada, mesmo que frágil e dinâmica, tem repercussões nas ligações e obrigações tanto em relação aos seus companheiros da diáspora como em relação aqueles que permanecem no país de origem (Leroi e Mohan 2003: 613)

Partindo destes pressupostos, iniciei a investigação, procurando destrinçar os complexos processos onde estão envolvidos diferentes níveis de relações e de redes sociais que explicam o percurso académico destes estudantes e a sua estadia em Portugal.

A primeira das evidências que constatei relaciona-se com o facto de num país com 19.420.036 habitantes (INE 2005) e uma percentagem de cerca de 0,45% de pessoas com formação superior, a obtenção de um diploma universitário ou pós-universitário constituir, sem sombra de dúvida, uma excepção e um factor potencializador de ascensão social. Se esse diploma é obtido no estrangeiro, sobretudo no mundo ocidental, o elemento de excepção ainda é mais evidente e, em princípio, as possibilidades de vir a obter uma situação profissional privilegiada no país de origem são acrescidas. E embora os entraves à concretização dessas possibilidades seja uma realidade em países onde a fuga de cérebros se alia a uma elevada taxa de desemprego de quadros superiores, no caso específico da presente investigação este problema surge minimizado pois a taxa de regresso dos estudantes moçambicanos que frequentam universidades portuguesas ao seu país de origem é significativa (97% segundo informações do presidente da Câmara de Comércio Portugal Moçambique).

Este regresso dos estudantes moçambicanos explica-se pela escassez de possibilidades de emprego em Portugal, nomeadamente do chamado emprego científico (o sistema universitário não permite com facilidade a entrada de “outsiders”); e explica-se também pelo contexto económico de Moçambique que nos últimos anos tem conhecido algum desenvolvimento tanto empresarial como académico⁶⁹. Por último, a vinda de muitos destes jovens para Portugal, não é fruto do “acaso” ou apenas de “vontades individuais” mas faz parte de estratégias mais complexas com objectivos delineados onde se conjugam múltiplos interesses de diferentes níveis, dos quais passamos a enumerar apenas os mais visíveis:

- Estratégias familiares de manutenção e/ou ascensão social;

⁶⁹ “Em 1994 existiam três estabelecimentos de ensino superior em Maputo. Dez anos depois, existem 11, localizados em sete províncias e frequentados por mais de 20 mil estudantes” (Guerreiro 2005: 6).

- Estratégias empresariais que aliam interesses económicos de vários actores (famílias dos estudantes, empresas moçambicanas, portuguesas ou mistas a que membros destas famílias estão ligados);
- Estratégias delineadas no seio da “Academia” onde as redes “intelectuais” ou da “intelligenza” se formam e reproduzem;
- Interesses políticos das elites moçambicanas;
- Interesses que envolvem o Estado moçambicano e o português e que se relacionam com políticas de cooperação bilateral.

Desta forma, o grau de liberdade dos estudantes em relação à escolha do seu futuro profissional é relativamente limitado, na medida em que a sua formação resulta de investimentos e interesses concretos a que ele terá, de alguma forma, de retribuir e responder. O estudante não está sozinho neste processo e se porventura quiser romper com as responsabilidades que quis ou foi obrigado a assumir, os custos sociais dessa independência serão elevados. Essas responsabilidades variam enormemente dentro do grupo de estudantes que analisámos. Em alguns casos são sentidas apenas em relação à família ou a professores que se envolveram nos processos necessários à obtenção da bolsa, noutros casos existem responsabilidades face à entidade patronal que lhes concedeu a licença para se ausentarem durante este período da sua formação, noutros é possível deduzir que existem complexas teias de relações que envolvem as elites da Frelimo, o estado Moçambicano e interesses empresariais portugueses. Em qualquer dos casos, de forma mais ou menos visível, todos os estudantes que contactamos têm relações próximas com os seus conterrâneos em Portugal e com os seus parentes em Moçambique (contactos telefónicos e via e-mail muito frequentes e regulares, vão lá passar férias, recebem visitas em Portugal).

A importância do contacto com os familiares em Moçambique é fundamental em termos identitários pois desta forma o estudante continua a fazer parte de um quotidiano familiar e a distância real reforça-lhe os sentimentos de pertença, fazendo-o valorizar os

aspectos simbólicos que se relacionam com a sua identidade familiar e até nacional (moçambicana). As palavras seguintes de um estudante que reside em Portugal há seis anos são reveladoras da importância destas relações:

Eu diria que semanalmente falo, pelo menos uma ou duas vezes com alguém, se não falo pelo menos há uma mensagem (...) quando me sentia assim sozinho, há um contacto. Tem de ser. Para dizer qualquer coisa 'tô bem, tudo bem' também se a gente fica sem dizer há uns que ligam logo, acontece qualquer coisa nós quase que sentimos, mas também não dizem tudo, normalmente quando ligam é para dizer que a pessoa esteve doente mas já saiu, nunca dizem que está doente. Mas já estamos habituados a isso. Quando não dizem nada também ficamos a pensar 'quem está doente?' (...) Agora escrevo pouco ao meu pai e à minha mãe porque agora, graças a Deus. lá na nossa aldeia, eles têm telefone em casa, portanto a qualquer altura eu posso ligar. Tento ligar pelo menos de 15 em 15 dias, mas se não posso ligar tenho sempre informação dos meus irmãos.

Pode-se argumentar que este tipo de situação é comum a muitos outros países africanos e que a formação superior no estrangeiro resulta sempre de um jogo de interesses e expectativas, envolvendo os estudantes e diferentes redes sociais nos seus países de origem, sendo que este facto não impede, nem nunca impediu, a fuga de cérebros, nem garante, à partida, o retorno dos estudantes e dos investimentos realizados. Certamente que isto se verifica, mas quando isso acontece e os estudantes optam por ficar no país onde estudaram, ou o fazem porque as possibilidades de inserção profissional no seu país de origem, que se adequam ao nível de expectativas entretanto criadas ou outras, são escassas ou/e existem nos países onde estudaram redes sociais onde se podem inserir. Estas redes sociais tanto podem ser constituídas por seus conterrâneos, quando é significativo o número de migrantes, como podem ser redes empresariais ou académicas permeáveis à entrada de "outsiders" (como no caso de Estados Unidos onde o

sistema académico e empresarial coopta estrangeiros que revelam um perfil de excelência durante o período da sua formação).

O número relativamente reduzido de imigrantes moçambicanos em Portugal⁷⁰ e a dificuldade que os estudantes deste país africano têm em inserir-se em redes sociais portuguesas⁷¹ explica, se não totalmente, pelo menos parcialmente, as elevadas taxas de retorno observáveis. Acresce ainda o facto de o número de bolseiros moçambicanos⁷² (do governo Português ou moçambicano ou de outras instituições) em Portugal ser relativamente reduzido se o compararmos com os estudantes de outras ex-colónias portuguesas, nomeadamente Angola e Cabo-Verde, sendo igualmente diminuta a percentagem destes face aos estudantes moçambicanos que estão em Portugal por conta de investimentos das suas famílias. De acordo com as informações do 2º Secretário da Embaixada de Moçambique existiam no ano lectivo de 2004-05, 190 estudantes moçambicanos em Portugal e a maioria não é bolseira. O presidente da Associação confirmou este número referindo que esta tinha 200 associados, 20% dos quais a frequentar mestrados.

Um estudante acrescentou o seguinte como reforço destas informações:

A maior parte das pessoas que estudam em Portugal são pessoas que vêm de famílias abastadas, e eu não venho de uma família abastada em Moçambique, os meus amigos que conheço cá também não vêm.

⁷⁰ De acordo com as informações do 2º Secretário da Embaixada de Moçambique há entre 5 a 7 mil Moçambicanos em Portugal registados no consulado.

⁷¹ Nenhum dos estudantes contactados tinha amigos portugueses, apenas conhecidos e colegas de curso (a confirmar)

⁷² A percentagem de estudantes moçambicanos em Portugal com bolsas do IPAD é de 9%. Esta percentagem é inferior à percentagem dos estudantes provenientes dos outros PALOP, de Timor ou de outros países. (Cabo –Verde 22%, Timor Leste 21%, S. Tomé e Príncipe 18%, Angola 16%, Guiné-Bissau 12% e outros 2%)

Para os estudantes não bolseiros as responsabilidades de retribuição são acrescidas em paralelo com as possibilidades de exercerem cargos profissionais privilegiados no seu país: se as famílias tiveram e têm possibilidades económicas de custear a sua formação em Portugal, certamente também terão os conhecimentos e os meios necessários para lhes garantirem boas colocações em Moçambique.

No entanto, e apesar de todas estas condições favoráveis, a formação destes jovens num país estrangeiro constitui sempre um factor de risco. O sucesso deste “investimento” não está garantido à priori e inúmeros “perigos” podem surgir no caminho. De forma a minimizar esses perigos (adaptação excessiva ao país estrangeiro, insucesso escolar, depressões por isolamento...) as famílias da elite (que se confundem com o Estado moçambicano e com os quadros seniores do partido Frelimo) que custeiam a formação dos seus filhos em Portugal, as outras redes sociais mencionadas que possibilitaram as bolsas àqueles que as possuem (não tanto em termos de efectivamente as pagarem mas de terem “aberto” o caminho ao seu acesso) e ainda pelo menos uma das instituições privadas portuguesas⁷³ que efectivamente concede bolsas, exercem uma “vigilância/enquadramento”⁷⁴ muito concreta sobre os estudantes. Este “enquadramento”, em relação aos filhos da elite moçambicana, concretiza-se através da Embaixada de Moçambique em Lisboa que promove encontros de estudantes e que financia e apoia a Associação de Estudantes Moçambicanos e as suas diversas delegações espalhadas pelas diferentes cidades

⁷³ O 2º Secretário da Embaixada de Moçambique informou que a Embaixada “tenta negociar com empresas para estas darem bolsas aos estudantes não bolseiros” e que já conseguiu bolsas da Fundação Gulbenkian, Fundação Luso Americana Para o Desenvolvimento, dos bancos Montepio Geral, Caixa Geral de Depósitos e BCP (referiu que esta instituição bancária reduziu o número de bolsas nos últimos anos), Fundação Oriente e Cimpor.

⁷⁴ O termo mais utilizado pelos informantes foi enquadramento.

de Portugal onde estes estudam. O 2º Secretário da Embaixada de Moçambique confirmou o apoio dado à Associação de Estudantes e acrescentou que fora esse apoio que tinha estimulado a criação de núcleos de estudantes (associações) nos vários pontos do país, existindo estes em Lisboa, Braga, Faro, Coimbra, Porto e Aveiro.

A sede da Associação é na Embaixada e é lá que os estudantes se reúnem, apoiando-se mutuamente e programando actividades lúdicas e desportivas que atraem os seus colegas e conterrâneos. Esta estratégia, segundo fui informada, também é política na medida que os estudantes que não são da Frelimo, ou não são “convidados” por serem conotados com a Renamo, ou são convidados e aliciados para as fileiras deste partido. Sendo esta uma das formas possíveis de cooptação política de quadros superiores.

Em relação a este assunto um estudante referiu o seguinte:

Aqui em Portugal há muitos grupos, há o grupo da Associação, muitos dos quais os pais são ministros, ou eram, ou parecido. Eu não sou da Associação embora tenha sido convidado para fazer parte da Associação. Acho que não me traria vantagens, vou jogar futebol com eles, quando há festas, mas também tenho as minhas festas aqui em Lisboa. Mas às actividades da Associação não vou porque é constituída por esse grupo que se juntaram por causa desse tipo de laços. Bolseiros, somos poucos. (...) A distinção entre os grupos cá, tem sobretudo a ver com política. Em Moçambique para se estar bem tem de se ser (...) e para se ser bom funcionário em Moçambique é preciso ser da política e da Frelimo, não da Renamo. Aqui em Lisboa nota-se os que estão ligados à Frelimo, aqueles que os pais são bem destacados na Frelimo, também são aqui, são os que vivem melhor. Os que estão ligados à Renamo não podem aparecer, chegam a Moçambique não têm emprego sequer (...) se há os da Renamo, eu não sei quem são. Mas é perigoso não ser da Frelimo, só o simples facto de ver as coisas com outros olhos... não ser da Frelimo é ser da Renamo. É

complicado. Isso acontece se calhar sobretudo entre os jovens. Acho que até as pessoas não sabem bem o que é a política, sei lá, ser da Frelimo, da Renamo (...). Não são divergências políticas por ideologias ou ideias, mas sim «porque o meu pai é da Frelimo, porque o meu pai não é da Frelimo é pobre» (...). Não há contestação nenhuma os “filhos” da Frelimo não põem em causa os pais.

Paralelamente a este “enquadramento/apoio/vigilância/controle” que a Frelimo⁷⁵ e o Governo Moçambicano exercem sobre os filhos da sua “elite”, existe pelo menos uma instituição portuguesa que concede bolsas⁷⁶ e que “enquadra” os seus bolseiros ao longo da sua formação. Esta Instituição designada Fundação Cidade de Lisboa, tem na sua sede quartos que se destinam aos seus bolseiros dos PALOP e de Timor e é nesta Fundação que reside aquele que foi dirigente da Associação de Estudantes Moçambicanos até finais de 2004. Este estudante frequenta o último ano da licenciatura de economia na Universidade Católica em Lisboa.

Sem ter conhecimentos que me permitam compreender a natureza das relações existentes entre esta Fundação, a Universidade Católica Portuguesa (e a dependência desta na cidade da Beira), o BCP (ver nota 15) e por via deste a Opus Dei, e as elites da Frelimo, limito-me a constatar que seria demasiada coincidência que tudo isto se processasse sem estratégias delineadas.

Contrastando com estas atitudes de “apoio” e “vigilância” surgem as atitudes de relativa “indiferença” das restantes instituições privadas

⁷⁵ Foi referida a importância da OJM (Organização da Juventude Moçambicana) em todo este processo. A OJM é uma organização partidária e afecta à Frelimo que tem representantes em Portugal e desenvolve no nosso país acções políticas concretas (reuniões e comícios) sobretudo em épocas eleitorais moçambicanas.

⁷⁶ As bolsas são concedidas por esta Fundação mas as verbas necessárias para tal podem ter diferentes proveniências, nomeadamente fui informada dos apoios do BCP a esta Fundação.

portuguesas que concedem bolsas de estudo e sobretudo dos diferentes organismos do Governo Português (IPAD, GRICES e FCT) que se limitam a disponibilizar um número limitado de bolsas⁷⁷ a que os estudantes podem concorrer (e a exigir dos seus bolseiros de mestrado e doutoramento relatórios anuais e dos de licenciatura cópias das pautas do final do ano). Se existem alguns contactos entre estes bolseiros e os financiadores, estes são realizados, na maior parte dos casos, por iniciativa dos primeiros ou por quererem resolver problemas relacionados com atrasos de bolsas ou porque, como referiu uma funcionária do GRICES “por uma questão cultural fazem questão em ir apresentar-se ao organismo que lhes concedeu a bolsa”. Simultaneamente, também não existe muita informação sobre os resultados do investimento que o Estado Português tem feito em termos das bolsas para formação superior concedidas a estudantes dos PALOPs, mas como está em curso uma avaliação, aguarda-se com alguma ansiedade os seus resultados para tecer mais considerações sobre este assunto intimamente relacionado com política de cooperação que Portugal tem seguido (ou com a ausência desta) nos últimos anos. Adiantamos apenas que as informações que possuímos apontam para uma falta de coordenação entre os diferentes organismos, uma escassez generalizada de informação e ausência de apoio em termos de acompanhamento e enquadramento aos estudantes bolseiros em Portugal.

⁷⁷ O processo de disponibilização de bolsas é diverso nas diferentes instituições. Em alguns casos as verbas para bolsas são colocadas à disposição dos governos dos PALOP que as distribuem, teoricamente, de acordo com as suas prioridades nacionais. Noutros casos, sobretudo ao nível das pós-graduações, os estudantes podem concorrer directamente. Simultaneamente, algumas Universidades públicas e privadas dispõem de verbas específicas para o efeito (muitas vezes disponibilizadas pelo IPAD) e concedem directamente bolsas a estudantes dos PALOP. Também há diferentes tipos de bolsas sendo que umas cobrem totalmente os custos da formação e da estadia dos estudantes em Portugal e outras (nas Universidades Privadas) cobrem apenas alguns dos custos da formação (propinas) parcial ou totalmente.

Esta ausência de acompanhamento do Governo Português foi mencionada por alguns dos estudantes bolseiros que contactei e que referem sobretudo a falta de apoio sentida à chegada a Portugal. No entanto, esta falta de apoio, não constituiu, para nenhum deles, uma surpresa pois todos eles tinham estabelecido contactos prévios com familiares ou conhecidos em Portugal que os foram esperar ao aeroporto ou de quem tinham a direcção e o contacto.

No entanto, fui informada pelo presidente da Associação de Estudantes que muitos dos estudantes que chegam não têm de facto conhecimentos nem qualquer apoio à chegada a Portugal e que a embaixada também não tem informações precisas sobre a sua vinda. A situação complica-se porque muitas vezes os estudantes chegam nos voos de fim-de-semana ou à noite, quando a Embaixada e o IPAD estão fechados.

Em suma, pertencendo ou não a famílias de elite, estes jovens estudantes moçambicanos, em fase de conclusão de licenciaturas e mestrados em Portugal, constituem uma ínfima minoria no seio dos seus concidadãos e tem à partida condições de acesso a situações sociais e económicas privilegiadas no seu país. O facto de a grande maioria destes jovens pertencerem à primeira geração de licenciados das suas famílias, acentua ainda mais a sua natureza excepcional, tanto em termos nacionais, como em termos familiares.

2. A educação escolar

Ao optar por analisar famílias que reúnem no seu seio licenciados e empresários elege-se como uma das variáveis mais significativas deste estudo o acesso à educação formal. Este acesso à educação formal não se concretizou, obviamente, para todas estas famílias nas mesmas épocas da mesma forma, nem sequer foi uniforme para todos os membros das mesmas gerações na mesma família. Para além do impacto diferenciado do colonialismo nas suas diferentes épocas sobre a educação escolar dos diferentes grupos

sociais de Moçambique⁷⁸, acontecimentos ocorridos no período pós-independência - e destacamos pela sua importância as políticas socialistas da Frelimo, as crises económicas, a guerra e mais recentemente os processos de liberalização da economia – marcaram as famílias, as diferentes gerações e respectivos membros de forma diversa. Simultaneamente, outros factores tais como o estatuto dos progenitores na família, o lugar hierárquico que os jovens e as crianças ocupam na família e o género marcaram e continuam a marcar importantes diferenças em termos da educação que uns e outros recebem.

No entanto, e apesar de todas as diversidades que este estudo pôde constatar, há algumas ocorrências comuns em termos da educação formal e do acesso a uma formação superior que importa desde já destacar.

Com a excepção de uma família, todos os outros membros das famílias estudadas, que têm uma licenciatura pertencem à primeira geração dessa família que teve acesso a um curso universitário⁷⁹. As idades dos licenciados com quem contactámos directamente situam-se entre os 24 e os 55 anos e apenas um deles têm familiares da geração dos seus pais com formação superior.

Todos aqueles que descendem de famílias de assimilados e são licenciados são filhos de pai alfabetizado (esta era, aliás a condição necessária para se adquirir esse estatuto), alguns destes com a instrução primária e outros com cursos médios. Neste segundo caso o avô paterno respectivo também tinha frequentado a escola

⁷⁸ À data da independência apenas 2% da população de Moçambique era escolarizada (Isaacman & Isaacman, 1983).

⁷⁹O ensino superior foi introduzido em Moçambique no final da época colonial (1962) com a criação dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique e à data da independência apenas 1% dos estudantes universitários eram moçambicanos, sendo que a única universidade existente (então Universidade de Lourenço Marques) tinha cinco docentes moçambicanos para um total de 2.400 alunos (Cruz e Silva, 2005: 4-5).

primária. Apenas numa das famílias foi possível constatar a existência de pessoas da segunda geração ascendente com formação superior (um dos licenciados tem tios que frequentaram mestrados em Portugal) e essa é a única⁸⁰ das famílias em que membros da terceira geração ascendente têm cursos médios (o avô materno era enfermeiro)⁸¹. Nessa mesma família os membros da quarta geração ascendente já eram alfabetizados, sendo que um deles foi professor e educado pelo fundador da Igreja Metodista Wesleyana em Moçambique.

A partir destas constatações é possível, desde já, distinguir, dentro do diversificado grupo de famílias estudadas, dois tipos:

- aquelas que pertencem à elite⁸² económica e académica do país, possuindo, a grande maioria dos membros destas famílias, uma situação de destaque em termos económicos, sociais e profissionais e sendo a sua posição actual na sociedade moçambicana, resultado de estratégias de ascensão social delineadas há várias gerações. Foi dentro deste grupo de famílias que se encontraram os casos de maior sucesso profissional pois os indivíduos em questão são gestores e sócios de importantes empresas e desenvolvem outras actividades profissionais. Estes empresários licenciados têm igualmente graus académicos de nível superior obtidos em universidades no estrangeiro (mestrados e doutoramentos nos Estados Unidos, Austrália, África do Sul e Europa).

⁸⁰ Num outro caso há um avô assimilado e professor.

⁸¹ Estas similitudes têm no entanto de ser relativizadas pois não se comparam as mesmas gerações nas diferentes famílias.

⁸² O significado que aqui se atribui ao termo elites é lato e consideramos na esteira de Carola Lentz e Andrea Behrends, que pertencem a elites os indivíduos «que ocupam posições de liderança em várias esferas (políticas, económicas, culturais intelectuais) na quais participam regularmente e decisivamente nos processos de decisão.» (2004:4)

- e um outro grupo formado por famílias que não pertençam à elite mas que através de complexos processos que, entre outros factores, envolveram entreajudas, trocas e retribuições entre os diferentes parentes, desenvolveram um conjunto diversificado de estratégias que permitiram, a uns o desenvolvimento de actividades que os próprios apelidam de empresariais e, a outros, o desenvolvimento de estratégias de ascensão social que implicaram grandes investimentos pessoais e familiares no seu percurso escolar e académico. A grande maioria destes auto-denominados empresários gerem micro-empresas ou negócios diversificados no informal (ou nas margens do informal) e não tem formação superior; no entanto, foram os proveitos obtidos com essas actividades que permitiram, em conjunto com outros apoios, aos seus irmãos mais novos, filhos e sobrinhos continuar os estudos e licenciarem-se.

A grande maioria dos licenciados das famílias deste segundo tipo é relativamente jovem, sendo difícil prever os resultados que a médio prazo estes investimentos na sua formação académica vão ter em termos individuais e familiares. Constatou-se porém, entre aqueles que já exercem uma profissão, que esta lhes permite uma vida que os próprios designam como satisfatória (têm casa própria, carro ou carros, os filhos a estudar em escolas particulares) e que os mais jovens e que estão no início da carreira, têm à partida uma situação privilegiada face ao mercado de trabalho e relativamente à grande maioria dos jovens moçambicanos com quem conviveram na sua infância e juventude e que não têm formação superior.

Por último, importa salientar que apenas num dos casos estudados houve frequência de universidade ao nível da licenciatura fora de Moçambique, e tal aconteceu porque o individuo em questão se encontrava na tropa em Portugal quando se deu a independência e aí continuou por mais uns anos tendo obtido um bacharelato em gestão no ISCTE. Em todos os outros casos, a licenciatura foi obtida depois da independência em Moçambique, na sua grande maioria, na Universidade Eduardo Mondlane. As despesas

associadas à frequência das licenciaturas foram em parte pagas pelos estudantes pois todos trabalharam enquanto estudavam.

3. Percursos familiares num século de mudanças

Apesar da situação económica e social de “partida” dos dois tipos de famílias mencionados ser muito diversa, essa diversidade é relativa e tem de ser contextualizada em função dos diferentes períodos da história de Moçambique ao longo de todo o século XX. Ou seja, embora algumas destas famílias fossem assimiladas no tempo colonial e por esse facto usufruissem de alguns direitos que eram negados aos indígenas (nomeadamente a possibilidade de frequentarem a escola oficial⁸³) não deixavam de ser discriminados face a toda a população de origem europeia, existindo uma enorme distância económica, social e legal entre o grupo dos assimilados e o grupo dos colonos. Essa distância não foi uniforme ao longo de todo o período colonial, nem sequer foi uniforme para as diferentes famílias de assimilados ao longo do tempo e nas diversas regiões do país⁸⁴. Da mesma forma, a distância económica e social que separava as famílias de assimilados dos restantes membros da mesma família que não tinham esse estatuto ou do seu grupo étnico de pertença ou de vizinhança, poderia ser mais ou menos

⁸³ “Portugal estabeleceu nas suas colónias africanas um duplo sistema de educação : escolas “rudimentares” para “nativos” coordenadas pelas missões Católicas, e escolas oficiais (governamentais) para brancos e negros assimilados. (Cross, 1987; Errante, 1995)”.

⁸⁴ Essa distância social não pode também ser vista de uma forma global. Existiram em Moçambique ao longo de todo o período colonial diferentes grupos sociais de origem Portuguesa, relacionados entre outros factores, com as diferentes vagas de migração. A relação entre estes grupos e os chamados indígenas ou assimilados variou ao longo do tempo. Importa também referir as importantes mudanças que o Estado Novo, e antes deste o período Republicano, provocaram em termos do estatuto social de alguns moçambicanos. Lembramos ainda que o estatuto de assimilado só foi introduzido em 1933 e revogado em 1962. Sobre estes assuntos ver por exemplo Aurélio Rocha (2002) e Antoinette Errante (2003). O primeiro aborda as temáticas do associativismo em Moçambique nos períodos entre 1900 e 1940 e a segunda investiga o papel da escolarização nos períodos coloniais em termos da manutenção, resistência ou transformação das relações colonizadores-colonizados.

acentuada consoante as circunstâncias particulares de cada situação. E um dos informantes, ex-assimilado afirmou mesmo:

Era uma ambição ser-se assimilado. Era poder andar à noite. (...) Não havia inveja dos não assimilados em relação aos assimilados. Deixava-se de pagar imposto indígena e só se pagava taxa militar. Mas era a mesma vida, ser ou não assimilado. (homem, 80 anos)

A situação de assimilação que estas famílias viviam no tempo colonial implicava discriminações de vária ordem e a capacidade de os assimilados articularem diferentes quadros de referência cultural ao nível dos seus comportamentos. No quotidiano tinham de ser capazes de desempenhar diferentes papéis face às diferentes situações em que se encontravam, sendo umas de estatuto relativamente elevado – face ao seu grupo de origem a sua posição social era superior – e outras de subalternidade e humilhações constantes – face aos colonos. Ultrapassar estes obstáculos e persistir num percurso escolar que implicava sacrifícios da mais diversa ordem, exigia certamente um sem número de estratégias e muita força de vontade. E obviamente nem todos o conseguiam.

O meu irmão entretanto (...) parou de estudar, preferiu, terminou a escola oficial. Preferiu fazer arte, foi para artes e ofícios, depois foi fazer carpintaria (...) quem levou mais reguadas na escola foi o meu irmão (...) Da outra vez na escola (...) bateram de tal maneira que quando chegou em casa estava assim.” (economista, empresário, director de uma empresa de microfinanças e professor na Universidade Eduardo Mondlane.)

“Lembro-me que no primeiro ano...o único preto que havia nesse primeiro ano era eu. Não sei se por confusão de nomes, não sei porque razão, era o único. E quando dispensei (...). Eram muito poucos os que dispensavam. E por causa disso a minha primeira sandes de carne, na escola foi dos branquinhos que eram colegas (...) a ideia era que eu lhes devia ajudar nas provas (...) E eu devia

ir a quadro de honra, eu e a Florbela devíamos passar e ter dispensa do ciclo preparatório, mas a Graça Maria não tinha conseguido nota para a dispensa e (...) as minhas notas passaram para a Graça e eu fiquei com as notas da Graça. Isso foi de facto uma revolta mas foi uma revolta que depois ficou resolvida (...) eu não me conformei com a situação. Fui falar com o director de turma (...) «Bem parece-me que há aqui um equívoco na pauta...». Não é que eu tenha reprovado, mas também não estava no quadro de honra então «ah não, a pauta está publicada, nós não podemos fazer nada». Fui falar com o meu pai, o meu pai foi falar com os padrinhos, com os amigos dele, tinham alguma influência foram lá falar. Sabe o que eles fizeram? Não foi reverter a situação, foi «está bem, já que a situação está assim, o que nós podemos fazer é que as notas que sejam repostas, as notas dele». Então ambos acabamos passando directos para o quadro de honra. Não me esqueço disto. Era uma humilhação tão grande e eu senti isso na pele, e é por isso que estou a dizer... mas não foi tão dramático assim, porque no fim do dia eu não fiquei prejudicado (idem)".

A esta situação de humilhação sofrida pelos descendentes de famílias assimiladas contrapunha-se um ambiente familiar favorável à frequência da escola e aos estudos. E todos aqueles que se encontravam nesta situação referem esse facto como determinante na sua formação e vida futura. O membro da família que mencionam com mais frequência é o pai.

"O meu pai foi uma grande influência A minha personalidade toda foi construída com base na personalidade dele. A disciplina, o trabalho árduo foi criada na base do meu pai. E acreditar que só tenho sucesso com o trabalho. As outras pessoas têm sucesso com outras coisas, esquemas, amizades, influências, famílias. Cheguei onde cheguei e vou chegar aonde chegar com trabalho árduo. Muita persistência e nisso faço aquilo que aprendi em criança. Eu não tenho até hoje essa sorte ou azar. É tudo contando com a próprias forças e trabalho, alguns gostam outros não gostam, disciplina, honestidade, consistência, muita consistência, só

trabalho. É assim que se consegue chegar onde cheguei sempre trabalhando” (economista, empresário e director geral adjunto de uma empresa de consultoria).

O meu pai era muito exigente em termos de estudar (...) dava contas muito longas, multiplicações, para ir fazendo durante o pasto (...) no fim do dia, 19, 20 horas, depois do banho, antes do jantar (...) «quadro todo mundo!», e enquanto tu não resolves todas as questões que te manda resolver, não há jantar. Às vezes via a minha mãe a chorar porque às vezes levava tarefa no quadro, e «enquanto tu não resolve o problema não há comida». E se ele se cansa dizia «ok, meus amigos, você resolve isso, depois de tu acabares de resolver isso, põe na cabeceira da minha cama, mas põe certo! Ai de você...». Então era assim como nós fazíamos. Tanto mais que quando eu estava na segunda ou terceira classe, eu já resolvia problemas de quarta classe. (empresário)

Em relação às famílias de não assimilados, a situação em termos de formação escolar e ambiente familiar na época colonial era muito diversa. Para além dos entraves criados pelo Estado, havia outro tipo de obstáculos criados pelas próprias famílias e directamente resultantes do sistema económico desenvolvido durante o colonialismo e que manteve como base de sustento das populações a produção agrícola obtida em regime de auto-subsistência nas machambas familiares. O trabalho dos jovens era essencial à manutenção deste sistema e a frequência da escola, que lhes retirava tempo e disponibilidade para o executarem, nem sempre era bem vista pelos seus familiares.

A minha família não era daquelas que gostavam muito de ir para a escola. Mas nesses tempos...antes da independência (...). Pouco eu consegui porque às vezes eu ia lá na escola...meu pai era daqueles que dava mais valor a uma chapa do que outra coisa. E nós tínhamos equipamento de bois. Então acordávamos cedo pegávamos nos bois e íamos para machamba e se não fizessemos isto. «Não, vocês vão à escola fazer o quê? Têm aqui a fortuna (...)

você tem que cuidar, de saber, de se inteirar bem de machamba. Não precisa de ir para África do Sul como os outros, não». «Mas isso pai, para conseguir contar isso, é preciso ter um bocadinho de escola». Mas eles não entendiam bem o que é isso. Para ele era insulto isso. Mesmo até o facto de eu, quando atingi os meus 18 anos, passar de lá para cá (Maputo) porque tinha o meu tio aqui. (homem, 45 anos, sócio de uma empresa de “Chapa-cem”)

Se a situação de assimilado e descendente de assimilado no tempo colonial constituía uma vantagem face aos não assimilados, em termos de acesso à educação escolar e por conseguinte de maiores oportunidades e possibilidades de escolha profissional futura, essa vantagem, embora persistisse na época socialista do Governo da Frelimo sobretudo para aqueles que já eram adultos e tinham algum tipo de formação escolar, ou estavam próximos dos círculos do poder político, diluía-se em grande número dos casos, tanto por esse estatuto estar relacionado com um passado de proximidade com o governo colonial e ser motivo de suspeição, como porque, efectivamente, o Estado Frelimo assumiu a responsabilidade de dirigir e direccionar a educação dos moçambicanos. Assim, durante o final da década de 70 e durante toda a década de 80 a maioria dos estudantes, sendo ou não descendentes de famílias assimiladas, tinham o seu futuro profissional dependente de decisões superiores que ultrapassavam a esfera familiar.

Estava a terminar a primeira frequência do segundo ano do instituto comercial em contabilidade, quando a 8 de Março o Samora Machel faz aquela reunião de 77. Aquela reunião que chama todo o pessoal (...) décima segunda classe, sétimo ano e diz: «bom, gente tem que saber formação, tem que haver gente vá para propedêutico para se preparar para a universidade, tem que haver gente que vá para a marinha, tem que ir para fora.” Bom, houve assim uma espécie de planificação de quadros para o futuro, (...) tanto a formação como o emprego era por ofertas não era por vocação (...).Praticamente me obrigaram a aceitar e a fazer o curso de

professorado, era uma formação de 8 meses, eu resisti mas disseram «olha lá, ó amigo, ou você acha que o povo é que lhe tem que lhe servir a si ou (...) é que tem que servir o povo, vamos escolher (...) então qual é a sua nacionalidade, qual é o seu compromisso com a revolução». Mesmo assim não fui logo. Só que depois comecei a perceber que havia gente que começava a ser presa por não ir ao centro de comércio. Então acabei por ir ao centro de comércio. Então fiz o curso de professorado mas fiquei, e disse «eu vou para as províncias mas eu vou fazer tudo errado». (Empresário e professor universitário).

Situação económica

Para além destes condicionalismos políticos, a educação formal e as escolhas que os jovens fizeram nestas décadas (ou que lhes foram impostas) e que implicavam o seu futuro profissional, foram moldadas pela situação económica que o país vivia e que tinha implicações no quotidiano das populações afectando, no entanto, de forma muito diversa as diferentes regiões e as famílias estudadas. Estes sofriam mais ou menos de escassez de bens essenciais, consoante maior ou menor era a sua proximidade do poder e maior ou menor proveito conseguiam obter das diferentes situações profissionais e sociais que os membros da família usufruíam. Nestes anos, como um informante relatou, o poder económico não constituía por si um factor que marcasse uma grande diferença:

Em 1983 fui estudar na Beira porque não havia ensino médio em Tete, hoje já há universidade, depois fiz na Beira a 10^a e 11^a. A Beira deixou-me más memórias, passei por lá em 1983-84 no pico da guerra. Estivemos sem água e luz durante 252 dias. Quando sai não quis lá voltar nunca mais e com família lá só voltei 10 anos depois. A Beira foi a pior vítima da guerra dos 16 anos. Dinheiro havia aos pontapés eu tinha imenso dinheiro O meu pai sempre teve dinheiro, sempre foi empresário tinha relojoaria, moagens nunca tive falta de dinheiro mas o dinheiro não comprava nada (Magaço).

Se a situação era dramática para quem tinha algum poder económico, muito mais dramática foi para todos os que não o tinham, ou seja a grande maioria da população moçambicana onde se incluem muitas das famílias estudadas. As histórias de vida de vários informantes espelham a situação de crise profunda que a todos os níveis por esses anos se vivia em Moçambique, e a forma como essa situação condicionou os seus percursos e vidas: anos a caminhar quilómetros de madrugada e de noite para chegar à escola; e outros tantos anos a residir em lares onde as condições eram extremamente precárias:

Comíamos mal, muito mal. Tínhamos de formar bicha, e nem sempre chegava a comida. Engraçado que na primeira semana, como tinha as castanhas [de caju] não me preocupava em formar bicha. Mas a fome era enorme,... então na segunda semana tinha de formar bicha mesmo, lutar para comer ...”

Mas para além de viverem um quotidiano numa constante busca de alimentos, muitos destes informantes relatam episódios associados à guerra que sistematicamente e das mais diversas formas os ameaçava.

Guerra

A guerra civil que opôs durante 16 anos a Renamo e a Frelimo marcou profundamente todas as famílias moçambicanas. A todas, directa ou indirectamente, a guerra afectou de forma determinante, obrigando a escolhas que moldaram as suas vidas e que eventualmente nunca teriam sido tomadas se esta não existisse. As escolhas e a ausência de alternativas a que a guerra obrigou, nem sempre são consideradas como negativas, agora à distância, pelos próprios,. E atribuem à guerra e às estratégias que desenvolveram para evitar serem envolvidos no conflito, o facto de terem continuado a estudar ou de terem emigrado para outros países, apesar dos sacrifícios que ambas as situações, na época, implicavam. A guerra surge assim, indirectamente, como uma das

influências determinantes das escolhas individuais e familiares que se realizaram nesse período em termos de formação escolar e que possibilitaram, posteriormente, a sua ascensão económica e social. Uma das consequências directas da guerra foi o deslocamento populacional e este implicou interrupções nos estudos, mudanças de escolas e de ambientes sociais. Outro factor decisivo e directamente relacionado com a guerra é o da ameaça permanente em que os jovens viviam, de ser alistados (ou raptados) no exército.

Em 1987, antes de completar 18 anos saiu o meu nome para cumprir o serviço militar obrigatório. Naquela altura isto era uma confusão, era uma perseguição terrível. Ao mesmo tempo o Governo tinha uma oportunidade de mandar jovens para a Alemanha Democrática, então optei mesmo por fazer a inscrição. Sem querer, tive que abandonar os estudos, mas era o que era melhor naquela altura. Mais valia ir trabalhar na Alemanha do que engrenar nas fileiras militares já que era praticamente difícil voltar de lá. Fui para a Alemanha, estava a fazer a sexta classe, isso com 18 anos, felizmente até finais de 87 consigo ir para a Alemanha (electricista na UEM e por conta própria)

A pessoa quando quer uma coisa tem de conseguir. Não sei de onde é que vem [a vontade de estudar] na minha família posso dizer que ninguém teve a sorte de estudar nessa altura lá. Então eu ambicionava não viver completamente dependente. E depois aquela vida do campo, que era guerra, sobretudo, a maior batalha era de sobreviver, para poder sair e viver do lado da cidade que não pudesse encontrar a guerra (empresário, a concluir o curso de gestão na UEM)

Este informante é o filho mais novo de uma família de origem rural. O pai e a mãe nunca tinham frequentado a escola e ele e o irmão mais velho (este último residente em Maputo desde a juventude) foram os únicos entre os cinco irmãos que concluíram o 12º ano, sendo que ele continuou a estudar e estava na altura da realização

do trabalho de campo a finalizar o curso de Gestão na Universidade Eduardo Mondlane, Os outros irmãos só concluíram a 4ª classe e não continuaram os estudos porque não conseguiram colocação.

As vagas eram muito limitadas, porque a minha escola secundária abrangia quase todo o distrito, então, imagina, quantas escolas primárias estavam por aí. Por exemplo na 5ª classe, quando eu estudei ia de 5ª A até 5ª Z, Cada turma com cerca de 60 alunos. Não tiveram a sorte de serem colocados. Eu como passei a 4ª classe com uma nota boa, brilhante, fui colocado, fomos duas pessoas que fomos colocadas.

4. Solidariedades e desagregações familiares

Ao longo desta investigação foi possível constatar que embora as relações e estruturas familiares sejam elementos fundamentais para explicar processos de ascensão social, isto não implica que dentro da família não surjam conflitos e rompimentos entre alguns dos elementos e que haja uma correspondência linear entre as diversas formas de entreatajuda possíveis. Longe de constituir uma estrutura fixa, a família caracteriza-se pelas constantes transformações que possibilita e que envolvem processos dinâmicos, tanto a nível das relações de poder, como em termos dos diferentes estatutos e papéis que face a situações diversas os seus membros assumem.

Sobreviver e persistir em condições tão adversas implicou apoios familiares e o desenvolvimento de relações sociais com personagens chave que “abriram caminhos” e possibilitaram outro tipo de ajudas. Mas implicou também o desenvolvimento de atitudes individualistas que geraram inevitavelmente conflitos e rompimentos, mais ou menos temporários ou definitivos, com grupos de pertença ou redes sociais entretanto constituídas.

Assim, inúmeras vezes foram referidas zangas com familiares, irmãos que partiram e não voltaram, compromissos que se estabeleceram e um dia serão cumpridos, ajudas esperadas e que

não aconteceram e ajudas inesperadas que serão, um dia, eventualmente, retribuídas.

Todo o argumento que acabamos de desenvolver se aplica às relações familiares, e por isso, optamos por transcrever aqui as palavras dos actores sociais que traduzem de forma mais fiel do que qualquer resumo ou análise, todo este processo.

Foi a minha posição no grupo de irmãos que favoreceu um bocadinho eu estudar, eu e a minha irmã a quem eu sigo, por acaso não está na universidade, ela interrompeu. O que aconteceu foi o seguinte: para nós, os irmãos mais velhos começaram a assumir as despesas dos irmãos mais novos, provavelmente eu teria apoio dos meus pais e dos meus irmãos mais velhos. Lembro-me que nunca pedi aos meus pais dinheiro para pagar propinas, os meus irmãos é que pagavam, eles é que compravam roupas e por isso não me preocupava com outras coisas senão com o avançar na escola e a preocupação dos meus irmãos era que os mais novos fossem avançando. No meu caso sentia a preocupação de todos até na decisão de vir para cá (Portugal) prosseguindo os estudos, eles é que mandam dinheiro e não os meus pais até porque são reformados. Pode ser essa a razão. Os mais velhos rapidamente são pressionados para entrar no mercado de trabalho e a preocupação começa a ser ir garantindo que os mais novos pelo menos estudem. (Estudante de licenciatura em Portugal).

Os meus irmãos trabalhavam e eu estudava, sem isso...é normal este tipo de ajuda, mas eu devo ao meu irmão mais velho, tenho uma dívida de gratidão com ele. Ele tem dois filhos e eu vou apoiá-los, tenho de apoiar. (Estudante de mestrado em Portugal)

O meu segredo de vida reside na minha profissão, porque eu digo que dobro o esforço, eu trabalho na Universidade, trabalho fora, tenho pequenos contratos com algumas empresas de manutenção, com algumas famílias, faço instalações, e dá para sobreviver, dá para mandar à escola os filhos, deu também para ajudar o meu

irmãos a licenciar-se, a estudar esses anos todos, sofreu comigo, coitado estudou com base num grande sacrifício (electricista, 36 anos) .

Tenho 6 empregados na empresa. E felizmente há um miúdo que eu respeito tanto. Eu sempre paguei a escola dele lá na Escola Comercial. Concluiu, fez tudo, estudou na UGC, e agora já é meu colega na faculdade. É um miúdo que eu ajudei lá na Escola Comercial, chamei-o para trabalhar comigo. Que eu ajudei da mesma forma que em tempos me ajudaram. (...) Continuamos uma família unida. [Os meus irmãos] já me ajudaram muito, e eu tento assistir-lhes, e eles também me assistem. (...) Tenho sobrinhos. Um sobrinho, mas os outros são do meu irmão que está aqui. A esse praticamente não dou apoio. Aos outros tenho tentado dar algum apoio.(idem)

Somos 6 irmãos, um falecido. Três cá (Maputo) e dois lá (Tete, em casa dos pais). Os mais velhos todos licenciados, os outros são mais novos, ainda são estudantes. Um já está na Universidade, o outro vai entrar. Não vivem comigo, cada qual governa-se na sua casa. Um é casado, o outro pus-lhe no lar e está lá bem, estuda na UEM. Não é só para estar num ambiente de estudante, acho que uma família nuclear é melhor sozinha. Se tivermos alternativas para irmos colocando os nossos familiares em locais para crescerem e tornarem-se maduros, o melhor é seguir este caminho e crescer. Cada um deve viver sozinho. Ele viveu comigo seis anos, mas não era possível por todas as razões e somos grandes amigos. Agora tem a sua independência. (empresário)

Esta concepção de família espelhada neste último parágrafo e que articula solidariedades e entre-ajudas entre os diferentes membros e que têm a sua raiz nos sistemas de parentesco ditos tradicionais⁸⁵

⁸⁵ Lembro que, por exemplo, entre os tsongas, os primos paralelos serem referenciados pelo mesmo termo que os irmãos e ainda hoje isso acontece mesmo quando os informantes se expressam em português. Esta equivalência de termos não se traduz necessariamente numa equivalência entre graus de parentesco e não permite igualmente depreender correspondências entre as relações estabelecidas entre irmãos e primos

com concepções idealizadas da “modernidade” que privilegiam a família nuclear, foram sobretudo mencionadas por descendentes de assimilados. E é notório que ao nível do discurso valorizam de forma evidente as formas e as relações que consideram como paradigma da modernidade (família nuclear, individualismo) mas que muitas vezes nas suas práticas prevalecem as regras, obrigações e normas que têm a sua raiz nos modelos tradicionais. Como refere o informante no discurso que abaixo se transcreve a «voz do mais velho, é a mais importante, nem que acreditemos que não é a mais certa»

Este aparente poder inquestionável dos costumes e das normas ditas tradicionais surge mais como um ideal ao nível dos discursos e das representações do que como uma prática corrente, o que não diminui a importância dos modelos culturais tradicionais. Estes continuam na actualidade a constituir referentes fundamentais dos comportamentos e das atitudes dos actores sociais e das estratégias através dos quais constroem as suas vidas.

Hoje a classe média, digamos a classe moçambicana dos profissionais, vive um misto de vida profissional ocidental e uma vida tradicional africana. As nossas obrigações tradicionais mantêm-se com a família que se mantém, continuamos a respeitar a autoridade do “papá”, que é voz do mais velho, é a mais importante, nem que acreditemos que não é a mais certa, mas que ela é importante é, e é importante ouvir, e é importante seguir as recomendações. Nós continuamos a dar apoio, continuamos sentindo-nos responsáveis pelos outros que não têm ou precisam de apoio (...) Ainda há pouco tive de ser padrinho de um lobolo de pessoas que são universitários, mas todo aquele ritual de pedir a mão da moça continuou exactamente o mesmo. Portanto é um misto, e essa pessoa em sua casa tem computador com Internet, Tv cabo e viaja e tem cartão de crédito E vive esta vida que é

moçambicanos e irmãos e primos de contextos culturais com sistemas de parentesco diverso (como seja o caso português). (cf. Costa 2003: 155; Geffray 2000: 23).

interessante, que é uma vida profissional ocidental com condimentos africanos. Nós somos pessoas, talvez as mais letradas, somos a maior fonte de inspiração e referência, somos as mais solicitadas a padrinhos, a conselheiros, mesmo que o nosso casamento seja um desastre, todos os casados que estão melhor vem-nos pedir conselhos.

Por outro lado, o acréscimo de estatuto que estes actores sociais adquirem no seio das famílias respectivas, pelo facto de terem uma formação superior, é explicado, e contrariamente aos outros tipos de famílias, mais em termos de “sabedoria de vida” do por diferenças económicas significativas em relação aos outros parentes. No segundo tipo de famílias (descendentes de “indígenas”) existem muito menos pessoas licenciadas por família e relativamente mais dificuldades económicas, o que explica que a associação entre a formação superior e o poder económico seja a regra, mesmo quando efectivamente não se verifica. Esta relação directa entre a formação e o dinheiro deriva das expectativas de retorno de investimentos que os restantes familiares fizeram para que este seu parente se licenciasse, das expectativas que o próprio fez ou faz em relação ao seu futuro e da história económica e social do país, onde aqueles que efectivamente tinham acesso à educação superior faziam parte das elites ou, se não faziam, estavam a estas associados através das profissões que passassem a desempenhar. E efectivamente o desemprego de quadros é algo de muito recente em Moçambique.

Ser doutor confere prestígio social mas a expectativa das pessoas é que isso se traduza em termos financeiros. Quando alguém acaba a faculdade o que pensa é «vou trabalhar, vou ter muito dinheiro, vou ter a minha independência e autonomia». A família e os amigos e os próprios, todos pensam isso, quando isso não acontece e a pessoa não consegue satisfazer as expectativas, as pessoas esperam que ele, pelo menos, ostente alguma coisa. Aconteceu-me a mim: fui à Beira, fui sair com amigos, todos beberam e esperavam que eu pagasse. Doutor tem de ter dinheiro, dá prestígio mas

quando não é acompanhado de algum cria constrangimentos sérios. (Recém licenciado)

Simultaneamente a formação superior se é acompanhada por uma melhoria da situação económica e por alguma redistribuição aos restantes membros da família pode gerar a inversão dos papéis “tradicionalmente” definidos e constituir uma fonte de conflitos.

Aquilo que é a posição do indivíduo dentro da família, se tem ensino superior, tem um bom emprego, ganha razoavelmente, e se ajuda as pessoas confere-lhe um certo estatuto, um certo prestígio dentro da família. Com isso, ele acaba por ser gratificado, porque ele ajuda e depois as pessoas vão-lhe agradecer, vão-lhe reconhecer como um certo indivíduo que pensa na família. Então o indivíduo procura ajudar, não só porque deve ser, mas porque assim adquire estatuto e poder na família. Então se as pessoas estão a organizar qualquer coisa que requer dinheiro vão ter com o mais novo que estudou. Em termos de relações de poder é o mais novo que acaba sendo o mais velho. Isso cria conflitos com o mais velho (reunião).

Conclusão

Os processos dinâmicos que ocorrem no seio das famílias em termos de trocas, obrigações, entreajudas e rompimentos, possibilita reciprocidades que se prolongam de forma dinâmica e descontínua no tempo e que estão na base da criação e do desenvolvimento de redes de solidariedade. Redes, que à semelhança das relações de solidariedade que as sustentam, não são rígidas nem estanques e não têm um desenvolvimento linear.

Se adoptarmos esta visão dinâmica e ultrapassarmos, tanto as abordagens dicotómicas que opõem a solidariedade ao conflito - como se entre estes pólos existissem fronteiras intransponíveis -, como a conceptualização linear e estanque das redes de

solidariedade, torna-se mais fácil apreender as complexas articulações que se processam entre as diferentes lógicas e ideologias que convivem no quotidiano destas famílias e dos seus membros, e que foram entendidas por muitos como opostas e contraditórias: o individualismo e o comunitarismo, o tradicional e o moderno, o mercado e a dádiva as trocas mercantis e as redistribuições (Costa 2003; Casal 2005). Torna-se igualmente mais fácil compreender a eficácia das redes de solidariedade e das ditas obrigações tradicionais, se as apreendermos como dinâmicas e de certa forma “atemporais”. Pois só este dinamismo pode explicar a sua durabilidade e simultaneamente garantir a flexibilidade necessária às várias adaptações que as transformações no contexto exigiram e exigem.

Dito por outras palavras, as redes e relações de solidariedade não são necessariamente constantes entre um grupo de indivíduos nem este grupo é imutável. As redes podem criar-se num momento preciso para resolver problemas concretos e a partir daí existir em estado “latente” sendo recriadas sempre que haja interesse nisso por parte de alguns dos indivíduos envolvidos. As redes sociais, sejam estas de famílias, de crentes de uma igreja, de vizinhos ou de amigos, recriam-se pela acção e nessa recriação transformam-se cooptando novos adeptos, excluindo ou sendo abandonadas por outros. A sua eficácia, depende de uma confiança pré-estabelecida (e esta relaciona-se com múltiplos factores sendo o tempo de duração certamente um dos principais mas não o único) mas esta é constantemente reavaliada e reafirmada. Nada está garantido e os inimigos de ontem podem ser os amigos de hoje e vice-versa. Tudo depende das necessidades e dos interesses, sempre mutáveis, dos actores sociais que as constituem e tudo depende também da flexibilidade das próprias redes sociais que têm de ser capazes de se adaptar às transformações no contexto e simultaneamente permanecer como espaços de confiança e reciprocidade .

Bibliografia

BEHRENDTS, ANDREA e CAROLA LENTZ (2004) "Hard work, achievement and luck: biographical narratives of a Ghaanaian elite". Comunicação apresentada no African Studies Association Annual Meeting, New Orleans, Nov 11-14

CARVALHO NEVES (2005) "Serão as micro-finanças em Moçambique um bom negócio?" Power point apresentado num debate público sobre micro-finanças. Pensão Martins, Maputo, 21 de Julho de 2005

CASAL, Adolfo YÁNEZ (2005) Entre a dádiva e a mercadoria. Ensaio de Antropologia económica. Edição de Autor. Lisboa

COHEN, ABNER (1981) The Politics of Elite Culture. Explorations in the Dramaturgy of Power in a Modern African Society. Berkeley, University of California Press

CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES ECONÓMICAS DE MOÇAMBIQUE (CTA) (2004) "Acelerando o Crescimento de Moçambique. Plano de Desenvolvimento do Sector Privado de Moçambique para Promover o Negócio, Investimento e o Emprego". Draft. Maputo, [http://www.cta.org.mz/articlefiles. 1/11/05, 16.22](http://www.cta.org.mz/articlefiles.1/11/05.16.22)

CORREIRO JESUÍNO, J.; REIS, E. (1996). "Culturas empresariais na África Lusófona". Economia Global e Gestão, No. 2: 7-20

COSTA, ANA BÉNARD DA (1995), "Estudo de Famílias Deslocadas na Cidade de Maputo: Análise das Relações e Comportamentos Sócio-económicos", Lisboa: Centro de Estudos Africanos, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, dissertação de mestrado (policopiado).

COSTA, ANA BÉNARD DA; RODRIGUES, CRISTINA (2002) “Estratégias de sobrevivência e de reprodução social de famílias de bairros peri-urbanos de Luanda e Maputo”, OPPENHEIMER, Jochen; e outros, 2002, “Urbanização Acelerada em Luanda e Maputo: Impacto da Guerra e das Transformações Sócio-económicas (Décadas de 80 e 90)” textos para discussão, Estudos de Desenvolvimento nº 7, Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade Técnica de Lisboa.

COSTA, ANA BÉNARD DA.(2003) — “Estratégias de sobrevivência e reprodução social de famílias na periferia de Maputo”. Dissertação de Doutoramento em Estudos Africanos interdisciplinares em Ciências Sociais no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Lisboa.

CRUZ e SILVA, TERESA (2005) “Instituições de ensino superior e investigação em ciências sociais: a herança colonial, a construção de um sistema socialista e os desafios do século XXI, o caso de Moçambique”. Comunicação apresentada no Colóquio Internacional Lusofonia em África: História, democracia e integração africana, Maputo, 12 a 14 de Maio de 2005. CODESRIA,

ERRANTE, ANTOINETTE (2000) “But sometimes you're not part of the story: Oral histories and ways of remembering and telling”. Educational Researcher, Vol. 29, No. 2, pp. 16-27. ER Online, Março 2000, vol.29, nº2. <http://www.aera.net/pubs/er/arts/29-02/errantref.htm>.

ERRANTE, ANTOINETTE (2003) “White skin, many masks: colonial schooling, race, and national consciousness among white settler children in Mozambique, 1934-1974”. The International Journal of African Historical Studies , vol.36, nº1:7-34

FENTRESS, J., WICKHAM, C. (1992). Social memory. Oxford: Blackwell.

FIALHO FELICIANO, J. (1996): Empresários em Moçambique: percursos 1983/93, *Economia Global e Gestão*, No. 2, pp. 23-44.

GEFFRAY, CHRISTIAN (2000), *Nem Pai nem Mãe*, Lisboa: Caminho.

GUERREIRO, MANUELA SOUSA (2005) “Os desafios de Guebuza” «*Revista de Investimentos e negócios em Moçambique*» Câmara de Comércio Portugal Moçambique, nº 39, 4-8.

HANLON, JOSEPH (2002) “Are donors to Mozambique promoting corruption?” Open University. Paper submitted to the conference «*Towards a New Political Economy of Development*» Sheffield 3-4 July 2002.

HUGON, Philippe (2000) “Os empresários africanos e a análise económica”, Ellias, Stephen e Yves-A.Fauré, (org.) ([1995] 2000) *Empresas e Empresários Africanos*, Lisboa, Vulgata.

KOTZÉ, HENNIE; CARLY STEYN (2003) “African Elite Perspectives: AU and NEPAD. A comparative study across seven African countries”. Konrad-Adenauer-Stiftung. Occasional papers. Johannesburg

KPMG, (2004) “100 maiores empresas de Moçambique, 2003”, http://www.stop.co.mz/img_app/articles/87/18.pdf

LEROI, HENRY e GILES MOHAN (2003) “Making homes: the Ghanaian diaspora, institutions and development” «*Journal of International Development*» 15, 611–622.

MARCUS, GEORGE E. (1979) “Ethnographic research among elites in the Kingdom of Tonga. Some methodological considerations.” *Anthropological Quarterly*. 52 (3): 133-151.

MATEUS, DALILA CABRITA (1999) A Luta pela Independência, A Formação das Elites Fundadoras da FRELIMO, MPLA, PAIGC, Lisboa, Editorial Inquérito.

MAZULA, BRAZÃO (1995) Educação, cultura e ideologia em Moçambique:1975-1985. Afrontamento, Porto

MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, (2003) "Dados Estatísticos do Ensino Superior e das Instituições de Investigação". Observatório do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, www.mesct.gov.mz

MOSSE, MARCELO, (2004) "Corrupção em Moçambique: Alguns elementos para debate" (FALTA REF.)

MURTEIRA, MÁRIO (1996) "Empresariado nacional e transição para a economia de mercado na África lusófona". Economia Global e Gestão, 1/96, 7-24.

OPPENHEIMER, JOCHEN; RAPOSO, ISABEL (2002), A Pobreza em Maputo, Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Departamento de Cooperação.

PINA CABRAL, JOÃO (1991), Os Contextos da Antropologia, Lisboa: Difel.

ROCHA, AURÉLIO (2002) Associativismo e nativismo em Moçambique. Contribuição para o estudo das origens do nacionalismo Moçambicano. Promédia, Maputo.

SOBRAL, JOSÉ MANUEL (1999) Trajectos: O presente e o passado na vida de uma freguesia da Beira. Lisboa. Edições ICS.

THERBORN, GÖRAN (ed.) (2004) African families in a global context, Resarch Report n° 131 Nordiska Afrikainstitutet, Uppsala 2004

Tonkin, E. (1992). *Narrating our pasts: The social construction of oral history*. Cambridge: Cambridge University Press.

VIEIRA, SÉRGIO PIRES (2005), "Crescimento económico, desenvolvimento humano e pobreza. Análise da situação em Moçambique" Colecção Documentos de Trabalho nº 68, Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade Técnica de Lisboa.

ZIEHL, SUSAN C. *Globalization and Family Patterns: A View from South Africa* (Falta ref.)